

Editorial de junho 2018

"O que Deus uniu o homem não separa" foi o argumento usado por longo tempo para justificar a continuidade de relacionamentos falidos. Verdadeiros dramas se desenvolveram, como o do rei Ricardo VIII, que fundou a Igreja Anglicana, diante da negativa do Papa Clemente VII, para conceder o seu divórcio com Catarina de Aragão.

Mesmo nas fileiras espiritistas, o assunto é muitas vezes mal compreendido. Alguns companheiros interpretam como missão manter o casamento a qualquer custo, uma vez que o desfazimento da relação conjugal acarretaria dolorosa expiação. Oportunidade desperdiçada representa adiamento da felicidade que nos espera, entretanto, há casos nos quais o amor adoece e a convivência torna-se inviável, a ponto de colocar em risco a integridade física e emocional das pessoas.

O divórcio é uma lei humana, cuja finalidade é separar legalmente o que já estava separado de fato. Deus une a afeição recíproca e sincera. Jesus cita Moisés para demonstrar que a separação podia tornar-se necessária, pela dureza dos corações. O Espiritismo lamenta o divórcio, mas nele reconhece uma medida extrema a fim de evitar um mal maior, esclarecendo a necessidade imperiosa de superarmos a mágoa tão comum nessas situações e curarmos a alma. Sob esse ponto de vista, teremos sempre a responsabilidade de buscar a paz, respeitar o próximo e cumprir com nossas obrigações quer estejamos juntos ou separados.